VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

AS TENTATIVAS DE INSERÇÃO DO PIAUÍ NA HISTÓRIA NACIONAL DURANTE OS ANOS 1970

Iara Conceição Guerra de Miranda Moura*

Interessado em inserir o Piauí no contexto brasileiro, o governador Alberto Silva,[1] (1971-1974) resolveu comemorar o sesquicentenário da Batalha do Jenipapo, instituindo em 1972, um concurso de âmbito nacional sobre a participação do Estado nas lutas da independência do país, cuja comissão era formada por Carlos Eugênio Porto[2], Raimundo Nonato Monteiro de Santana e Odylo Costa Filho.[3] Os prêmios estipulados

* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI - Teresina Central) e da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão. Email: iaraconceicaoufpi@gmail.com

1 Nasceu na cidade de Parnaíba-PI, em 10.11.1918, e faleceu em 28.09.2009, em Brasília. Cursou Engenharia em Itajubá, Minas Gerais, com especialização em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica. Professor, prefeito de sua cidade natal por duas vezes, deputado estadual, governador do Estado do Piauí também por duas vezes, a primeira no mandato de 1971/1974 e a segunda em 1987/1990, sendo o primeiro governador piauiense eleito por via direta após o regime militar. Senador da República, diretor da Estrada de Ferro Central do Piauí. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras, cadeira nº 1 e á Academia Parnaibana de Letras. Livros publicados: *Alguns livros piauienses*, *Três momentos culturais* e *Minha luta por um Piauí melhor*.

2 Carlos Eugênio Porto nasceu em 1913 na cidade de Santa Rita (PB), e faleceu em 1980, no Rio de Janeiro (RJ). Formado em Medicina, pela Universidade Federal de Pernambuco. Especializou-se em Higiene e Saúde Pública e Epidemiologia. Pertence à Academia Piauiense de Letras, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Academia Paulista de Medicina, Associação Piauiense de Medicina e a Sociedade Brasileira de Higiene. Também foi historiador. Bibliografia: *Roteiro do Piauí* (1955). Publicou cerca de trinta e cinco trabalhos científicos.

3 Odylo Costa, filho nasceu em São Luís, a 14.12.1914, e faleceu no Rio de Janeiro, a 19.08.1979. Bacharelou-se em Direito, pela Universidade do Brasil, em dezembro de 1933. Também foi jornalista, cronista, novelista e poeta, membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Maranhense de

por este concurso variavam de Cr$ 5 mil a Cr$ 15 mil, para estimular os homens de letras a escreverem sobre este assunto. A obra ganhadora seria publicada pela Companhia Editora do Piauí- COMEPI.

Em virtude deste concurso surgiram as seguintes obras no Estado: *O Piauí nas lutas da Independência do Brasil*,[4] do Pe. Joaquim Chaves, (que foi a ganhadora do concurso), *História da Independência no Piauí*,[5] de Wilson de Andrade Brandão, *O Piauí e a unidade nacional*,[6] de Bugyja Brito. Nesse contexto, também, foram reeditadas obras que abordavam o tema da independência no Piauí, como *A guerra do Fidié*, de Abdias Neves e os 4 volumes de *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes.

Partindo do pressuposto de que "toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico são uma forma de lugar de memória" [7], a Batalha do Jenipapo constitui-se lugar de memória, e se insere em dois tipos de grandes acontecimentos: o acontecimento fundador e o acontecimento espetáculo. O primeiro, caracteriza-se por ser destaque apenas no momento ocorrido, sendo que o futuro se encarrega de conferir a grandiosidade ao fato; o segundo acontecimento é definido pela forte carga simbólica e pelo seu caráter comemorativo.

Assim, diante da falta de informação que existia no restante do país sobre a independência no Piauí, principalmente em torno da Batalha do Jenipapo, os intelectuais e os dirigentes políticos piauienses incomodavam-se com a ausência deste assunto nos livros de História do Brasil, e desta forma, com o seu desconhecimento.

Eric Hobsbawm afirmou que o processo de criação e consolidação da identidade nacional faz parte não apenas do universo especializado dos historiadores, mas também "da esfera pública, onde o homem atua como ser político." [8]

Letras. Dentre outras obras publicadas, destacamos: *Graça Aranha e outros ensaios*; *Livro de poemas*, poesia em colaboração com Henrique Carstens; *Distrito da confusão*, crônica; *A faca e o rio*.

4 CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: COMEPI, 1975.

5 BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1973.

6 BRITTO, Bugyja. *O Piauí e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1976. Apesar de ter sido escrito em 1973, não foi publicado nessa época por motivos contrários á sua vontade. Porém, uma súmula dele saiu na *Revista da Federação das Academias de Letras do Brasil* em 1974, e na *Revista da Academia Piauiense de Letras* também em 1974. Sua segunda edição só foi publicada 31 anos depois, isto é, em 2007, organizada por Raimundo Santana e Cineas Santos, e editada pela FUNDAPI.

7 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.24, dez. 1993.

8 HOBSBAWM, Eric J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.22.

Nesse sentido, a falta de visibilidade nacional em relação à independência no Piauí, era para alguns intelectuais, como Arimathéa Tito Filho, um problema para a "formação da nacionalidade brasileira." Por isso, ele pedia soluções contra o silêncio imposto ao Piauí no ensino e nos livros de História do Brasil, pois:

> Ninguém ignora que o ensino da história nacional envolve graves problemas, que se relacionam com a cultura cívica da adolescência e da juventude, mas a sua prática, nas escolas, está sendo prejudicial à formação definitiva e perfeita da nacionalidade brasileira: atenta contra a verdade por omissão. De fato, quem quiser leia, nos compêndios de história do Brasil, a parte relativa à independência. Narram-se os episódios gloriosos da Bahia. [...] Do Piauí- nada. Estranho silêncio, ou de propósito ou por ignorância. [...] Pereira da Costa, Abdias Neves, Anísio Brito, entre os mortos, e Odilon Nunes, e Monsenhor Joaquim Chaves, entre os vivos, pesquisadores incansáveis todos, escreveram, excelentes trabalhos sobre as causas e as lutas da independência no Piauí, e dois desses autores já foram reeditados pelo atual governo. Pereira da Costa, na 'Cronologia Histórica,' e Abdias Neves, na 'Guerra do Fidié,' livros que devem ser fartamente distribuídos, pelo Brasil, a fim de que se colham depoimentos corretos [...] e se consiga, junto aos historiadores, abrir as portas da História do Brasil, que continuam de ferrolho e tranca com relação ao Piauí, na verdade o cenário da grande e sacrificada Batalha do Jenipapo [...] O ensino da História do Brasil, nas escolas, deve, antes de tudo, harmonizar-se, com a verdade política e com a verdade social.[9]

As obras que abordavam a participação do Piauí nas lutas pela Independência do Brasil, estavam sendo escritas no sentido de fazer valer os interesses políticos do momento, com o objetivo de mostrar que os piauienses tinham motivo para se orgulhar de sua história, pois tinham ajudado o país a tornar-se livre do domínio de Portugal, lutando e dando a vida pela causa da independência, aspecto esse da nossa história que não era muito conhecido por parte de sua população e nem do restante do Brasil. Para o governador Alberto Silva, "Essa iniciativa visa [va] a colocar nosso Estado no lugar a que tem direito na História do Brasil, quebrando-se aquilo que intelectual pernambucano denominou, em palestra que teve comigo na Guanabara, de 'conspiração de silêncio'." [10]

A maioria dos brasileiros não tinha conhecimento de que o Piauí foi um dos estados onde realmente existiu luta, combate, e principalmente, derramamento de sangue em nome da emancipação política brasileira, e isto, o deixava inquieto e obstinado a fazer

[9] TITO Filho. História. *O Estado*. Teresina, n.661, p.6, 12/13 jan. de 1975.

[10] PIAUÍ, 1972, p.8.

com que a mocidade nacional soubesse deste acontecimento, e sentisse orgulho por ter tido conterrâneos guerreiros. Segundo o governador Alberto Silva:

> A descrença generalizada refletia uma lamentável ignorância de nossas potencialidades, e até mesmo de um passado em que o Piauí vivera momentos eminentes da vida brasileira, assegurando a unidade da independência nacional, como no episódio de Jenipapo, ou ostentando padrões de fartura, com um parque pecuário que era dos mais ricos do país. Em vez de debruçar-se sobre essas realidades, o pessimismo se institucionalizara e a frustração era cultivada em todos os campos. [Para ele] O ponto de partida de meu trabalho terá sido talvez a devolução da confiança do povo piauiense em si mesmo.[11]

Além da realização de concurso para comemorar o sesquicentenário da independência brasileira, o governo Alberto Silva, também empreendeu, em 1972, o soerguimento do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí [12], através do apoio a edição de sua revista, que não era editada desde 1923. O último número publicado foi no ano de 1922, com o apoio do governador do Estado João Luiz Ferreira (1920-1924). Esta revista homenageava as comemorações do centenário da independência do país, na qual foram divulgadas doze artigos, sendo 2 sobre história do Brasil e 10 sobre a história do Piauí, destacava também, a relação dos sócios efetivos e beneméritos, e a listagem dos livros oferecidos à biblioteca do Instituto.

Em 1972, tendo como presidente Celso Pinheiro Filho, e vice-presidente o historiador Mons. Joaquim Chaves, saiu o terceiro número da revista, em decorrência das comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil. Este número da revista era constituído por seis artigos, além da relação dos sócios efetivos, dos termos dos estatutos e da legislação que o reconhecia como utilidade pública. Dos seis artigos, apenas um fazia alusão à emancipação do país, denominado A Batalha do Jenipapo e a Independência do Piauí, de autoria de Joaquim Chaves.

O quarto número, publicado em junho de 1974, era formado por cinco artigos históricos, dentre eles, um do Pe. Joaquim Chaves, denominado A participação de Oeiras no movimento da Independência, um artigo sobre geografia, um sobre literatura, uma

[11] PIAUÍ, 1974, p.9.

[12] O Instituto Histórico e Geográfico do Piauí foi criado em 23 de junho de 1918, com a denominação de Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico Piauiense, com o objetivo de incentivar os estudos e as pesquisas nas áreas de História e Geografia relacionadas com o Estado do Piauí. Seu primeiro presidente foi Higino Cunha (1918-1922). Até hoje nunca conseguiu sede própria para suas reuniões e para a guarda de seus livros e documentos.

parte dedicada a miscelânia, além dos espaços reservados a homenagens, como a notícia da concessão de Honra ao Mérito ao governador Alberto Silva pelos trabalhos realizados em favor da cultura do Estado, bem como homenagens especiais ao Dr. Dirceu Arcoverde[13], então Secretário de Saúde do governo Alberto Silva, ao Dr. Sebastião Rocha Leal, Vice- Governador do Estado (1971-1975), ao Major Joel da Silva Ribeiro, Prefeito de Teresina (1971-1975), e os agradecimentos a políticos e empresários que tornaram possível a referida edição.

O quinto número, publicado em dezembro de 1974, enfatiza a gratidão ao governo estadual pelo apoio aos serviços do Instituto, além de publicar trabalhos relacionados à história, educação, literatura, miscelânea, noticiário, um estudo sobre os fundadores do Instituto, e um sobre Alberto Silva, denominado O Homem e sua Época: Quadro Genealógico da família Tavares da Silva (cinco gerações), bem como fotografias de pessoas ilustres, como o Dr. Eurípides de Aguiar, governador do Estado na época da criação do Instituto (1916-1920), e seu primeiro presidente honorário, de Higino Cunha, primeiro presidente do Instituto, Dr. Alberto Silva e sua esposa D. Florisa de Melo Tavares Silva.

O último número da revista do IHGP circulou em julho de 1975, no governo de Dirceu Arcoverde (1975-1979), trazendo uma foto desse governante e seu slogan de governo "Uma administração que valoriza o HOMEM na sua verdadeira expressão", assim como artigos sobre história, educação, sociologia, economia, literatura, arte, miscelânea, e como todos os demais números, revelando a formação da sua diretoria, o quadro de sócios, bem como os Estatutos. A revista registrou a visita do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, bisneto do imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, no dia 13 de março de 1975. Nessa época, o IHGP funcionava, provisoriamente, nas instalações do Arquivo Público do Piauí.

Analisando as cinco revistas do IHGP, disponíveis no Arquivo Público do Piauí, percebe-se a forte ligação entre o Estado e o Instituto, no que se refere à promoção cultural

[13] Dirceu Mendes Arcoverde nasceu em Amarante-PI, em 7.09.1925, e faleceu em Brasília, no dia 16.03.1979. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Piauí, instituição da qual também foi professor. Foi Secretário de Saúde durante o primeiro governo Alberto Silva, eleito Governador do Piauí em 1974 após indicação do presidente Ernesto Geisel, para o mandato 1975-1979. Em 1978 foi eleito senador, tendo falecido pouco menos de dois meses após iniciar seu mandato.

piauiense, bem como a maneira como a instituição concedia visibilidade ao apoio governamental, visando atender aos interesses de ambos os lados.

Para a elite intelectual piauiense e nacional, o governador Alberto Silva criou em 17 de janeiro de 1972, pelo Decreto nº 1.416, a Comissão de elaboração do Plano Editorial do Estado, cuja finalidade era "conceber [...] a publicação de monografias sobre variado aspecto cultural, abrangendo literatura, letras históricas, folclore [...], com o objetivo de familiarizar a mocidade com a vida e a obra de nossos intelectuais vivos e mortos." [14]

A comissão, presidida por Raimundo Wall Feraz, Secretário de Educação e Cultura, foi composta por representantes selecionados pelo governador Alberto Silva nas principais entidades culturais do Estado, como a Academia Piauiense de Letras, representada por Manoel Felício Pinto; o Conselho Estadual de Cultura, por Odilon Nunes; o Departamento Estadual de Cultura, por Casimiro Távora Ramos Filho; a Companhia Editora do Piauí, por Deoclécio Dantas Ferreira; a Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo, por Armando Madeira Basto; e a Fundação Universidade Federal do Piauí, por Noé Mendes de Oliveira.

Dentre estes selecionados, encontrava-se um dos mais importantes historiadores do período, Odilon Nunes, que foi bastante beneficiado com a política editorial empreendida pelo governo, pois das dezesseis publicações históricas, cinco foram de sua autoria. Desta forma, o trabalho sério e responsável de Odilon Nunes, no que se refere às pesquisas históricas, levadas a efeito na "poeira e no silêncio" do Arquivo Público do Piauí, fez com que o governador não relutasse em lhe oferecer a oportunidade de ver seus estudos publicados e, com isso legitimar discurso do que seria a "verdadeira" História do Piauí.

A principal finalidade da comissão era "realizar o levantamento do acervo bibliográfico de autores piauienses, ou de obras relativas ao Piauí, selecionando, justificadamente, os que deverão ser incluídos no Plano Editorial do Estado do Piauí".[15] O critério utilizado para a escolha das obras literárias e históricas, era a identificação no perfil autorizado pelo Estado, isto é, obras que abordassem os principais eventos ocorridos no Piauí, com a finalidade de discutir as raízes da piauiensidade, construindo uma história patriótica, que exaltasse os feitos de seus "heróis". O intelectual Arimathéa

[14] PIAUÍ, 1972, p.7.

[15] *Diário Oficial*. Teresina, ano 41, n.17, p.2, 28 jan. 1972.

Tito Filho afirmava que havia, no Estado, o perigo de eclodir uma subliteratura, pois havia muitos textos "marginais", isto é, fora dos padrões oficiais da literatura. Dessa forma, defendia "uma censura cultural; não uma censura ao modo de pensar do escritor, mas uma censura a respeito do que se publica".[16]

Michel de Certeau, ao se referir à seleção das obras realizadas pelas instituições culturais, considera que os escritores fazem parte de um complexo social que autoriza, ou não a legitimação de suas produções. É o que ele concebe como:

> [...] a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna* outras *impossíveis*; [...] representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*.[17] (Grifos do autor)

As obras históricas lançadas pelo Plano Editorial tratavam, basicamente, de duas temáticas: a colonização e a independência, aspectos fundadores da história local. Caracterizáveis como história pedagógica, com efeito, funcional e principalmente, simbólico, essas produções historiográficas seriam, de acordo com a definição de Pierre Nora, lugares de memória. Nesse sentido, o objetivo do Plano Editorial consistia em:

> [...] dinamizar as atividades culturais do Estado, incentivando o desenvolvimento da ação criadora de nosso povo no campo da cultura, [ajudando a recuperar] o acervo bibliográfico de autores piauienses e de obras relativas ao Estado do Piauí [que estava] ameaçado de irreparável perda; e considerando que se faz mister maior estudo e preservação dos bens de valor cultural, por um imperativo de civismo e brasilidade.[18]

Neste tipo de história publicada pelo poder estatal, é perceptível a ligação entre aqueles que ditavam e faziam a cultura oficial, isto é, entre o poder público e os letrados (autores e editores), além da proximidade de idéias, que por sua vez, transparecia no tipo de escrita (argumentação), nos personagens e temas abordados, que deveriam ser destacados pela historiografia piauiense.

Tornava-se necessário editar obras sobre o Estado do Piauí, de caráter literário e histórico, que estavam esgotadas e esquecidas pela população piauiense, além de

[16] ENTREVISTA A. TITO FILHO. In: *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. de 1983. p. 19.

[17] CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.76/77.

[18] *Diário Oficial*. Teresina, ano 41, n.17, p.2, 28 jan. 1972.

proporcionar a publicação de obras inéditas. Assim, o Plano Editorial atuou contra aquilo que o governador Alberto Silva caracterizou de "pessimismo crônico", pois pretendia favorecer que homens e mulheres, ricos de imaginação e inteligência, mas pobres de recursos financeiros, vissem publicados suas produções culturais. Sobre a difícil situação de muitos escritores piauienses na década de 1970, o poeta José Miguel de Matos assim manifestou-se:

> [...] publicar livro no Piauí, ainda é mais difícil do que escrevê-lo, tais os obstáculos naturais oriundos de fatores crônicos e diversos, viçando entre eles, com vitalidade de erva daninha - umas vezes, e outras, com solerte discrição de *fogo de monturo* que arde sem ninguém perceber - alguns litígios: uns causados pela inveja e outros pela natural contenda entre os que vão repastar o intestino, apressada e gulosamente, por via de um apetite longamente insaciado, num prato que, pela pobreza da casa, mal dá para fartar uma barriga. [...] Porém [...] O Plano Editorial do Governador Alberto Tavares Silva, embora não possa atender, convenientemente, a quantos batem à sua porta por sua incipiência e natural carência de meios para o oneroso problema publicitário, é esse clarão ainda bosquejante que veio indicar uma nova era nas letras do Piauí [...].[19] (Grifo do autor)

Para pôr seus objetivos em prática, o governo contava com os serviços da COMEPI e da Editora Artenova, do Rio de Janeiro, para a editoração das obras piauienses. Um dos principais motivos que levou o governo do Estado a editar grande parte dos livros piauienses no Rio de Janeiro, foi a ausência de materiais gráficos modernos em Teresina, particularmente na COMEPI, cujos equipamentos ainda eram da época da interventoria de Leônidas Melo (1935-1945). Desta forma, a maioria dos documentos relacionados com a administração estadual, como os relatórios das empresas de economia mista, do Banco do Estado e as obras do Plano Editorial do Estado eram impressos pela Editora Artenova, propriedade do piauiense Álvaro Pacheco[20]. Sobre a contribuição deste editor para o Estado do Piauí, Paulo Rónai afirmou:

> Na lojinha da Maria, em Teresina, uns bonequinhos feitos de couro e vendidos como souvenirs aos turistas trazem estes dizeres: O Piauí existe. A frase, lançada em protesto contra um slogan maldizente, parece hoje o lume de toda uma população que, saída de longo período de estagnação, colabora com orgulho neste espetáculo inédito que é a dinamização do Estado. [...] Mas mesmo quem não pode ir ao Piauí

[19] MATOS, José Miguel de. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974. p.1-2.

[20] Álvaro dos Santos Pacheco nasceu em 26.11.1933 na cidade de Jaicós (PI). Advogado, poeta, jornalista, contista, cronista, senador, editor e empresário. Fundou a Editora Artenova Ltda. Pertence à Academia Piauiense de Letras. Livros publicados: *Os instantes e os gestos*; *Pasto da solidão*; *Margem rio mundo*; *O sonho dos cavalos selvagens*; dentre outros.

> pode sentir-lhe a renovação graças à Assessoria de Acompanhamento e Comunicação do Governo do Estado, coordenada pelo jornalista Armando Madeira Basto, que acaba de publicar mais de 30 obras de autores piauienses. [Que] testemunham um respeito comovente pelas peculiaridades da terra, o *spiritus loci*, o passado regional. [...] Fazem-se notar por uma aparência digna e sóbria, mas viva, uma composição e uma impressão cuidadosa, sem nada de amadorístico na apresentação, sem nada do ranço que, na maioria das publicações oficiais, previne o leitor contra um conteúdo muitas vezes valioso. Sente-se neles o cuidado de um profissional, o editor Álvaro Pacheco, ele mesmo filho do Piauí, que escolheu essa maneira de servir a sua terra. Como seria bom que cada Estado da Federação tivesse um filho editor que se deixasse entusiasmar por esse exemplo.[21]

De acordo com o chefe do executivo estadual, este impulso cultural favorecia a criação de uma "nova dimensão ao Piauí, arrancando-o do pessimismo e colocando-o no lugar que é legitimamente o seu na região Nordeste e no País - lugar de Estado que não tem razões para descrer do poder de criação dos seus filhos e do seu futuro",[22] além de ser mais uma forma de propagar a imagem que se queria do Estado, pois todas as obras lançadas através do Plano eram oferecidas e enviadas às principais instituições culturais do Brasil. As primeiras obras reeditadas pelo Plano Editorial, de caráter literário e histórico foram respectivamente, *Lira sertaneja*, de Hermínio Castelo Branco e os quatros volumes das *Pesquisas para a História do Piauí*, de Odilon Nunes.

Superando as dificuldades e críticas, os livros publicados pelo Plano Editorial conseguiram atravessar gerações, perpetuando bons sentidos e valores que representassem a piauiensidade. De acordo com o governador Alberto Silva, a grande função da história era criar uma consciência nacional na população "através da crítica dos tipos representativos da coletividade, do mecanismo das instituições políticas, do desenvolvimento do processo cultural e das tendências e realizações da gente brasileira, nas diversas áreas em que se distribui a fisionomia nacional." [23]

Os resultados do Plano Editorial do Estado foram considerados positivos, por parte daqueles acostumados com a escassez de produção e de divulgação de obras

[21] RÓNAI, Paulo. História, poesia e lembranças do Piauí. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4.261, p. 6, 17 de jul. de 1975.

[22] PIAUÍ, 1971, p.5.

[23] SILVA, Alberto Tavares. Povo e consciência. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2 ed. Teresina: COMEPI, 1972. p. 2.

histórico-literárias piauienses, a exemplo do parnaibano J. A. Rebello, residente em Juiz de Fora (MG). Sobre isso J. A. Rebello lembra que:

> Certa vez, quando hipnotizados pela leveza e pela exuberância de cursiva explanação de Lima Rebello sobre História Geral [...] ouvimos do mestre breve referência ao Piauí. Brotou em mim, então, incontrolável impulso de interrompê-lo respeitosamente, para saciar curiosidade [...], indaguei dele em que obras poderíamos conhecer a história do nosso Piauí. Decepcionei-me, enrubesci com sua resposta pronta, incisiva e visivelmente pesarosa: ela ainda não fora escrita. [...] De uns tempos para cá, todavia, obsequioso conterrâneo residente no Rio, [...] vem suprindo-me com publicações desse surpreendente Plano Editorial do Piauí [...] É dupla a emoção que me empolga: saber que esses antigos colegas revolucionaram a velha Província - cujo povo, dizia Abdias [Neves], em 1907, continuaria moroso e triste, a marcha para a realização longínqua de sua finalidade histórica - até sob o aspecto cultural, sempre relegado, em toda a parte, a segundo plano, e saciar a curiosidade que vem do despertar da juventude e resistiu à ferrugem do tempo e ao impiedoso desterro do vão desfilar dos dias, em que os olhos, cegos para o presente só enxergam, através das lágrimas, as visões do pretérito.[24]

Acredita-se, que esta política editorial representou a tentativa de consolidar uma identidade do Estado do Piauí para seus habitantes e principalmente, para o restante do país, pois havia uma imagem que não agradava à população piauiense, ao caricaturar e inferiorizar a situação econômica, social e cultural da região. Por isso, a relevância da dinamização da cultura piauiense, incentivando a produção e a divulgação de obras históricas e literárias de autores piauienses do passado e do presente.

Em decorrência da publicidade que conferiu à sua administração, o governador Alberto Silva foi entrevistado pela revista *Veja*,[25] sendo eleito, em 1973, pela imprensa paulista como o Melhor Governador do Ano. Posteriormente, recebeu os títulos de Cidadão Teresinense e Desportista do Ano, além da Medalha Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, e a Medalha Assis Chateaubriand.

Em 17 de janeiro de 1978, no auditório Herbert Parentes Fortes, foi empossado como Sócio Benemérito da Academia Piauiense de Letras, em virtude de serviços prestados a favor da cultura local. E no dia 27 de dezembro de 1988, tomou posse na Cadeira nº 1 da APL. Percebe-se que o valor sociocultural conferido à administração de

[24] REBELLO, J. A. História, estória e o dever do governo. *O Estado*. Teresina, n.666, p.9, 19/20 jan. de 1975.

[25] Entrevista Alberto Silva. Revista *Veja*. Editora Abril, n. 269, 31 de out. de 1973. p. 3-6.

um governante transparece, sobretudo quando acontecem eleições para instituições historicamente tradicionais, como as Academias de Letras e os Institutos Históricos, que apontam a credibilidade e a importância de seus atos.

Entendemos desta forma, que tanto o saber quanto o poder estão entrelaçados, e que um depende do outro para funcionar, ou seja, o Estado controlando e manipulando as operações dos que detêm a pena da escritura, "inspirando seus princípios de concentração, elitismo, hierarquização",[26] e alguns letrados agindo através de propagandas, ensaios, romances, poesias e história, para sustentar e justificar uma determinada ordem político-social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIÁRIO OFICIAL. Teresina, ano 41, n.17, p.2, 28 jan. 1972.

ENTREVISTA Alberto Silva. Revista *Veja*. Editora Abril, n. 269, 31 de out. de 1973.

ENTREVISTA A. TITO FILHO. In: *Presença*. Teresina, ano 3, n. 6, dez./fev. de 1983.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1971.

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1972

ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Alberto Tavares Silva em 1971*. Teresina, 1974.

HOBSBAWM, Eric J. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MATOS, José Miguel de. *Perfis*. Teresina: COMEPI, 1974.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.24, dez. 1993.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REBELLO, J. A. História, estória e o dever do governo. *O Estado*. Teresina, n.666, p.9, 19/20 jan. de 1975.

[26] RAMA, 1985, p.54.

RÓNAI, Paulo. História, poesia e lembranças do Piauí. *O Dia*. Teresina, ano 24, n. 4.261, p. 6, 17 de jul. de 1975.

SILVA, Alberto Tavares. Povo e consciência. In: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2 ed. Teresina: COMEPI, 1972.

TITO Filho. História. *O Estado*. Teresina, n.661, p.6, 12/13 jan. de 1975.